

O POVO DE VOLTA NO ORÇAMENTO

A esperança vai se consolidando. Lula obtém importante vitória e sinaliza novo rumo para o país. O Senado aprova em dois turnos, por maioria de 64 votos, a PEC do Bolsa Família, que vai permitir ao novo governo melhorar a vida da maioria da população. Agora a luta é pela aprovação na Câmara

Ricardo Stuckert

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de Dezembro de 2022 Nº 77

Entrevista: Arthur Chioro aborda a reconstrução do SUS

PT pede ao TSE que torne Bolsonaro inelegível por crime

Golpismo. As vivandeiras de quartel continuam nas ruas

Os 40 anos da obra-prima: 'Thriller', de Michael Jackson



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
 HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

WEBSÉRIE

PERI É PERIFERIA FERIA

ASSISTA AGORA NO  [/FUNDACAOPERSEUABRAMO](https://www.youtube.com/fundacaoperseuabramo)

ESTREIA SEMANAL DOS 8 EPISÓDIOS NAS QUARTAS-FEIRAS ÀS 15:00

FRIEDRICH
 EBERT
 STIFTUNG
 BRASIL

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS
 DE 1994 E 1998

VIAGEM AO CORAÇÃO
 AS CAMPANHAS DA CIDADANIA

E OUTRA
 DIMENSÃO
 NA ORGANIZAÇÃO

CONSTRUÇÃO DA
 SOLIDARIEDADE
 INTERNACIONAL

2002
 ESPERANÇA

2006
 2010
 2014
 FINANÇAS
 PURO

EXPOSIÇÃO VIRTUAL
PT 42 ANOS
 a retomada da esperança

POLÍTICO E CULTURAL

PT 42 ANOS
 A RETOMADA DA ESPERANÇA

ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,
 Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,
 Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
 Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
 Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
 e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
 das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
 Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
 (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
 Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
 (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
 Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
 Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
 Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
 Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
 Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
 Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

PEC. A POLÍTICA EM BENEFÍCIO DO POVO

Alberto Cantalice

A incontestável habilidade política de Luiz Inácio Lula da Silva, sua capacidade de diálogo, paciência e firmeza de propósitos são o diferencial nessa quadra conturbada da história. Vencedor de uma eleição contra a truculência, o uso indecente da máquina pública e, diante da ameaça permanente de ruptura da ordem constitucional e das desconfianças do processo eleitoral, Lula obteve importante vitória política na última semana. Foi aprovada no Senado a Proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, que recoloca os pobres no Orçamento Federal. O texto foi aprovado por 64 votos,

uma ampla maioria no Senado da República.

Ainda no limiar das costuras eleitorais, a decisão de indicar Geraldo Alckmim como candidato a vice mostrou-se acertada. Ali foi o pontapé inicial na construção da mais ampla frente democrática desde o fim da ditadura e que veio a se consolidar no segundo turno das eleições com a adesão de Simone Tebet e de membros do PSD, MDB, PDT e Cidadania que alargaram o espectro das forças políticas em apoio a Lula presidente. É essa política com P maiúsculo que está isolando a extrema-direita e seus celerados.

É também a política que norteará a luta das classes trabalhadoras pelo cumprimento do programa de governo. Serão as trabalhadoras e trabalhadores que em meio a reconstrução do Estado brasileiro,

mesmo em um ambiente tóxico, quase irrespirável, produzido pelos atuais ocupantes do Planalto, serão os elementos fundamentais para a ampliação da democracia. Isso exigirá o alargamento da democracia para romper com a iníqua distribuição de rendas e riquezas e implementar um novo padrão de convivência no país, sem machismo, racismo, lgbtphobia e intolerância.

O papel das forças progressistas não se encerra com a posse de Lula. A disputa de narrativas, o combate a enganação e ao cultivo do fascismo são recorrentes na história do país. Esta será, portanto, uma batalha permanente. E não será resolvida com bravatas e palavras de ordem, mas com trabalho permanente nas ruas e nas redes sociais. O desafio será grande. •

NESTA EDIÇÃO

A VITÓRIA DE LULA NO SENADO

Presidente eleito obtém triunfo no Senado, que aprova por 64 votos, em dois turnos, a PEC do Bolsa Família. A Câmara começa agora a analisar a medida, essencial para recuperar o Estado e os programas sociais. Páginas 10 a 12

ENTREVISTA. Arthur Chioro denuncia o caos na saúde deixado por Jair Bolsonaro Página 4

CRIMES. PT quer tornar o capitão e filhos inelegíveis por ilícitos nas eleições Página 17

HISTÓRIA. A Declaração dos Direitos do Homem, da ONU, faz aniversário Página 24

PAPELÃO. Romário rejeita PEC contra o povo, acusa o sindicalista Carlos Santana Página 13

SOCIAL. Às vésperas da eleição, 3,5 milhões entraram no CadÚnico Página 19

ARGENTINA. Vítima de lawfare, Cristina Kirchner é condenada à prisão Página 26

MINISTROS. Lula anuncia Haddad para Fazenda e mais quatro nomes Página 14

QUARTÉIS. Na contramão da maioria da classe, alguns artistas apoiam o golpe Página 20

MÚSICA. Disco espetacular, 'Thriller' de Michael Jackson completa 40 anos Página 28

ARTIGO. A herança maldita deixada pelo ex-capitão, segundo Reginaldo Lopes Página 16

GOLPISMO. Bolsonaro quebra silêncio e incita os radicais com discurso dúbio Página 23

OBITUÁRIO. Djalma Corrêa, gênio da percussão, morre aos 80 anos no Rio Página 30

“A SITUAÇÃO É DE CAOS. O SUS PRECISA SER RECONSTRUÍDO”

Um dos coordenadores do GT de Saúde na equipe de transição, o sanitarista e ex-ministro alerta para o desmonte completo das políticas sanitárias construídas ao longo de décadas. “Fizemos até agora 31 audiências no grupo de transição, ouvindo diferentes setores. Todos, sem exceção, alertam para um problema grave de informação. É um apagão cibernético”, diz Arthur Chioro

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O sistema de saúde pública brasileiro vive um verdadeiro caos, uma desorganização sem precedentes. Esta é a avaliação do ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, que coordena o grupo de transição da saúde pública. A falta de política, que ficou evidente durante a pandemia e permanece até agora, faz parte de um projeto necropolítico de fazer negócios aproveitando as brechas criadas pelo negacionismo e pela desorganização.

Chioro afirma que o governo federal perdeu a autoridade sanitária. A situação só não é pior porque o sistema de saúde é de

responsabilidade compartilhada entre estados, municípios e a União. As ações tomadas por equipes estaduais e municipais ajudou a manter o SUS em pé.

Hoje, o Brasil não sabe quantas doses de vacinas contra a Covid foram distribuídas pelo governo federal e quantas estão próximas do prazo de vencimento. Além disso, a cobertura vacinal de praticamente todas as vacinas está abaixo da meta. O risco é de que doenças consideradas erradicadas ou controladas voltem a circular, como por exemplo a poliomielite e a tuberculose.

Mas a desorganização vai muito além do Plano Nacional de Imunização. A tabela de medicamentos utilizados no combate ao

câncer não é atualizada há quatro anos. O ex-ministro aponta a existência de um verdadeiro apagão de informações na área da saúde. A seguir, trechos da entrevista:

Focus Brasil – O que foi feito – ou o que não foi feito – pelo governo Bolsonaro com relação à vacinação e que precisa ser corrigido? Os problemas na vacinação tiveram muita repercussão, mas o problema parece maior. O Plano Nacional de Imunização foi abandonado pelo governo Bolsonaro...

– Você tem razão. O Programa Nacional de Imunização do Brasil completa no ano que vem 50 anos de existência. Ele é anterior ao SUS. O PNI tem sido considerado

DAS OITO VACINAS DO CALENDÁRIO PARA AS CRIANÇAS DE ZERO A 1 ANO DE IDADE, NENHUMA ESTÁ COM A COBERTURA ADEQUADA. O ZÉ GOTINHA FOI ABANDONADO



uma referência pela Organização Mundial de Saúde... A OMS, quando tinha dificuldade com qualquer país, dizia: "vejam, o Brasil é um país de dimensão continental que conseguiu manter todas as vacinas recomendadas gratuitamente, distribuídas em todo o país e erradicou, controlou doenças". E até 2015 isso aconteceu. Veja, entregamos com todas as vacinas acima de 95% de cobertura vacinal. A única exceção era a da febre amarela porque tinha uma nova estratégia de vacinação e ela estava crescendo ano a ano. Mas todas as vacinas estavam nesse patamar. Hoje, todas as campanhas de vacinação estão abaixo dos níveis de cobertura recomendados. Algumas em situação gravíssima. Vou dar exemplos: poliomielite, hoje, de cada dez crianças, três não são mais vacinadas; tuberculose, é a mesma coisa... Então, a gente tem o risco de voltar a ter uma doença que era considerada erradicada.

Há um risco de grave problema com tuberculose, meningite por tuberculose, quando a gente podia estar vacinando os bebês dentro da maternidade.

Das oito vacinas do calendário para as crianças de zero a 1 ano de idade, e eu estou pegando esse exemplo porque é o momento mais crítico, mais frágil da vida humana, nenhuma das oito vacinas está com cobertura adequada. Isso acontece com gestantes, idosos, com a população de crianças de 1 a 5 anos... Enfim, para todos os grupos populacionais. O desastre é generalizado. Houve uma total desestruturação do programa. Não se reúne mais o Comitê Nacional de Especialistas formado por cinco, seis técnicos ligados à Sociedade de Infectologia, de Pediatria, de Imunização, referências da Organização Mundial de Saúde que faziam aconselhamento técnico. Não se reúnem. Houve uma destruição da capacidade de

comunicação. Veja, o Zé Gotinha foi abandonado, foi para o exílio. As campanhas nacionais de comunicação e de informação foram paradas. Não se fez mais campanhas nacionais. Estados e municípios começaram a cada um fazer um esquema vacinal. O governo perdeu a autoridade sanitária. E aí a gente chega nas vacinas da Covid. [O governo] Não consegue colocar as vacinas para os bebês de 6 meses a 3 anos. Só vacinaram aqueles com comorbidade. Não se garante as doses necessárias para bebês de 3 a 5 anos. Não se garante as doses necessárias de reforço para as crianças com mais de 10 anos. As coberturas vacinais, com exceção da primeira dose, são horrorosas. Desprotegeram a população brasileira.

Hoje, a gente tem evidências científicas suficientes de que a vacina para Covid protege contra casos graves, contra óbitos, contra a pletoira do sistema de saúde. E

essa prevenção é proporcional ao número de doses de reforço aplicadas. Então, nós devíamos estar nesse momento com a população com mais de 60 anos de idade, gestantes, população indígena, pessoas que têm comorbidade e imunodeprimidos tomando a quinta dose. Já podíamos estar usando a bivalente e usando a monovalente para as demais. Mas o ministério não reuniu. Ele só reuniu o comitê de especialistas na semana passada porque nós, do governo de transição, fizemos uma reunião na semana anterior com o presidente Lula e depois, um dia antes, nos reunimos com o Comitê de Especialistas e a Associação Médica Brasileira, a Sociedade de Especialistas. Todos vieram, sentaram-se com a gente e disseram: "olha, a recomendação é essa, é essa, e é essa..." Só que a gente só assume no dia 1º de janeiro. O governo Lula não começa agora. As pessoas às vezes se esquecem disso e, portanto, a responsabilidade é do governo Bolsonaro.

– A situação é pior do que desconfiamos...

– É pior ainda. A falta de planejamento, o descaso, chegaram a tal ponto que estamos hoje em dezembro e o Ministério da Saúde não mandou para os laboratórios públicos, para Biomanguinhos e para o Instituto Butantã, a programação de compra de vacinas para o ano que vem. Então, o que vai acontecer? Já sabemos, inclusive, com dados do TCU, que 3 milhões de doses de vacinas contra a Covid foram perdidas por prazo de validade. Têm milhões de doses para vencer em janeiro e fevereiro, mas não há programação de compra de vacinas nem para Covid nem para as demais vacinas. A produção e aquisição de vacinas não é uma coisa simples. Produção industrial, de imunobiológicos, de vacinas, é uma coisa sofisticada. Requer segurança, certificação de

qualidade, distribuição com segurança. Até o esforço de vacinação em massa da população que o governo Lula se propõe a fazer, vai ser um grande desafio, porque provavelmente vamos encontrar uma situação de caos. E, detalhe, tudo sob sigilo: estoques, prazos de validade. O governo, hoje, não sabe quantas doses tem, quantas doses distribuiu para estados e municípios, quanto tem em cada lugar, quanto já foi administrado, porque sequer tem um sistema de

O GOVERNO, HOJE, NÃO SABE QUANTAS DOSES TEM, QUANTAS DOSES DISTRIBUIU PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS. É UM APAGÃO COM INCOMPETÊNCIA

informação para isso. É um apagão cibernético junto com uma total incompetência.

– O presidente Lula pediu ao povo para tomar a 4ª dose da vacina contra a Covid. E só 18% dos brasileiros tomaram dose de reforço. Pode não ter vacina?

– Não sabemos. A verdade é essa. O que os municípios nos dizem é que tem determinadas vacinas, mas não tem outras... Então, por exemplo, tem que economizar frascos de vacinas... Mas, de qualquer maneira, é fundamental que

a população atenda o chamado do presidente Lula. É fundamental porque estamos enfrentando uma nova onda de Covid e ela só não tem um impacto de maior agressividade, não causa mais óbitos porque uma parte da população está vacinada. Vamos dar o exemplo dos bebês: a cada dois dias morre um bebê, uma criança por Covid no Brasil. Não estamos falando de uma coisa que não existe. Aumentamos agora para 100 óbitos de Covid. Estamos com aquele quadro que havia dois anos atrás, um ano, graças inclusive à vacinação, mas não dá para brincar. A covid não acabou e temos o problema das demais vacinas.

Claro que vamos resolver isso de outra maneira, organizando, fazendo campanhas, conseguindo articular estados e municípios, colocando condicionalidade no Bolsa Família para que as mães garantam a vacinação das suas crianças, pedindo para que as creches, as escolas, as universidades cobrem dos estudantes a carteira de vacinação, que os empregadores cobrem dos seus trabalhadores, vamos ter que enfrentar esse negacionismo. Mas, objetivamente, hoje, o Brasil vive um caos e o problema sério é o da informação.

Fizemos até agora 31 audiências no grupo de transição da saúde, ouvindo diferentes setores. Todos, sem exceção, quando começam a apresentar seus problemas, independente da área, fazem o mesmo alerta: "um problema grave é informação". É um apagão cibernético. O Tribunal de Contas, inclusive, denuncia isso. Há um caos do ponto de vista da organização. É impressionante como, em quatro anos, o governo Bolsonaro conseguiu destruir políticas e programas consolidados que foram edificados a duras penas ao longo dos últimos anos e décadas.

– O senhor mencionou o apagão de informação, é possível detalhar um pouco mais em quais

áreas o problema existe?

– Eu posso dar exemplos de coisas que a gente foi ouvindo das audiências que a gente fez. No sabemos, por exemplo, onde estão os órfãos da Covid. Sabíamos que crianças perderam seus pais e, para apoiá-las, seja para um tratamento em termos de suporte em saúde mental, seja para acompanhar... Não se sabe onde estão essas crianças. Vou dar outro exemplo: não sabemos a atual situação da saúde bucal da população brasileira. Como está a questão dos índices de dentes cariados, perdidos, obturados, quantas pessoas estão na fila... Outro exemplo: não sabemos as doses de vacinas distribuídas ao longo do Brasil. A cobertura, você acabou de dizer, “18% dos brasileiros tomaram dose de reforço” e só 60% dos adultos tomaram a terceira dose. Mas os municípios dizem: “Não é verdade. A gente vacinou mais do que isso. Quando a gente tenta digitar os dados e subir no sistema, a gente não consegue. E aí as equipes não perdem tempo digitando e começam a vacinar, não informam”.

Vou dar outro exemplo: a gente não sabe hoje qual é a distribuição de medicamentos para HIV/Aids e hepatites. Há informações de que um paciente demora seis meses para entrar no protocolo de tratamento da hepatite, o que pode ser gravíssimo. Outro exemplo: um dos maiores problemas de saúde do Brasil hoje são as filas, acesso para diagnóstico, para cirurgia eletiva, para o tratamento de câncer. Não há informação em nenhum lugar no Ministério da Saúde, nas secretarias estaduais e municipais, de qual é o tamanho da fila e do que é essa fila, se é de casos de câncer, se é de hipertensão, para fazer exame de colonoscopia, uma cirurgia eletiva... Não se sabe. O que se sabe é que a fila é enorme. Então, você imagina o que é fazer gestão, planejamento

do sistema onde a base de informação não existe... A Dilma brincava com uma expressão que eu gosto muito, ela dizia o seguinte: “De vez em quando os dados são imbatíveis, não batem nada com nada”.

– Não há precedentes para uma situação assim...

– Estamos vivendo um pouco essa situação com a diferença de que não é que eles são imbatíveis, mas chegam a não existir. Então, o próprio Tribunal de Contas, a gente

EM 2002, A GENTE ACHAVA QUE TINHA ENCONTRADO PROBLEMA NA TRANSIÇÃO DO FHC. NADA, NADA, NADA SE COMPARA À DESTRUIÇÃO DE BOLSONARO

teve com um dos ministros e ele perguntou: “o que é que vocês querem de ajuda do Tribunal de Contas?” Como coordenador do grupo, eu disse: olha, se os tribunais de contas dos estados conseguissem fazer uma contagem das doses de vacina para a gente ter um BO, ou seja, para a gente conseguir fazer um panorama de fato do que é o estoque que o Ministério da Saúde diz que tem e o que está disponível nos estados só pra gente poder “bater”, saber onde está pisando... Aí, o Tribunal de Contas da União vai pedir para

os tribunais de contas dos estados fazerem uma contagem de estoques para nos ajudar. É esse o ponto que a gente chegou. Os caras destruíram o ministério. Eles destruíram a capacidade de planejamento. A autoridade sanitária do Ministério da Saúde, literalmente, se desfez. Não se consegue coordenar nada porque nada se sabe. E agora a gente vê nessa reta final uma tentativa das pessoas que estão lá no ministério protegerem seus CPFs. Estão querendo colaborar, se dispondo a ajudar. Mas está tudo desmontado.

Vivi a transição de 2002 para 2003, fazia parte da equipe do Humberto Costa, quando ele era o ministro. E a gente achava que tinha encontrado problema na transição do governo Fernando Henrique. Nada, nada, nada se compara à destruição do que representou o governo Bolsonaro. É uma coisa inacreditável.

– Isso já era uma expectativa que a gente tinha, porque quando houve o golpe contra a Dilma, a gente já viu um certo abandono do SUS. Dali foi ladeira abaixo? Vamos encontrar o SUS arrasado.

– A palavra que tem sido utilizada não só por nós, mas com quem a gente conversa é: reconstrução. No caso do SUS, a gente tem uma situação que de alguma maneira serviu como um contrapeso. Como a estrutura do SUS atribui também responsabilidade para municípios e estados e como boa parte da execução das ações é feita por estados e municípios, de alguma maneira, em muitos lugares, a ação dos prefeitos, dos governadores, das equipes, dos trabalhadores e das secretarias acabou segurando um pouco as pontas. Então, a destruição não foi total, mas há muita desorganização. Perdeu-se a coesão, a ideia do único. Chamamos o sistema nacional de saúde de único porque o SUS tem que fazer essa articulação, integra-

ção. E o ministério tem a função de coordenar. Quando se perde essa capacidade, degrading tudo. Eu diria que esse talvez seja um dos grandes desafios. Vamos ter que reconstruir o Programa Nacional de Imunização. E construir o Brasil Sorridente, a Farmácia Popular, o Samu, a política de saúde mental e assim vai. É reconstrução.

Em alguns casos, a destruição foi deliberada para colocar uma agenda conservadora. Vou dar um exemplo: saúde da mulher. Foi deliberado. Todo o trabalho de humanização do parto, no cuidado integral, no cuidado ao aborto legal, ao enfrentamento do racismo estrutural que temos no sistema de saúde. Todas as políticas de humanização foram substituídas por práticas retrógradas, por uma coordenação alinhada aos conceitos mais conservadores... Mais do que conservadores, conceitos fascistas. Com práticas, inclusive, não mais recomendadas pela medicina em âmbito internacional há duas décadas. É claro que isso abriu espaço para os interesses econômicos, interesses privados e grupos empresariais. A fragilização do SUS também interessa, porque em determinados lugares abre espaço para outros setores. O negacionismo serviu para negócios. Eu usei essa expressão, mas é o seguinte, destruiu-se o Programa Nacional de Vacinação, a capacidade técnica e etc para comprar vacina superfaturada de fora, como a CPI demonstrou. Então, não tem ingenuidade, não tem "os caras são incompetentes". "Ah, não tinha política"... Tinha política, sim. E ela estava a serviço de um projeto. Vai vir muita coisa ainda decorrente do trabalho que foi feito pelo Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe [Rodrigues] e os senadores que trabalharam na CPI – eu tive a oportunidade de assessorar a comissão durante sete meses. Tem muita coisa no TCU, na Polícia Federal. É claro que

a PGR tem segurado muita coisa...

O domínio, por exemplo, da rede federal de hospitais do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro pelas milícias é uma coisa impressionante. Impressionante! A desativação de alguns hospitais do Rio é um exemplo escancarado de interesses econômicos. Vou dar o exemplo do Hospital Geral de Bonsucesso. Ele tem um papel fundamental no atendimento da população do Rio... E eu estou pegando alguns exemplos, mas

EM ALGUNS CASOS, A DESTRUIÇÃO FOI DELIBERADA PARA COLOCAR UMA AGENDA CONSERVADORA. UM EXEMPLO: SAÚDE DA MULHER. FOI DELIBERADO

isso se reproduz em várias outras áreas em que a gente teve prejuízos muito significativos. E aí as pessoas podem dizer: "bom, mas isso é uma crítica meramente política, está fazendo um contraponto". Não. Eu vou dizer claramente, tivemos a interrupção de uma tendência histórica de diminuição da mortalidade infantil. E aumento da mortalidade materna. Voltamos a ter internação de bebês desnutridos. Isso é fruto da desmontagem da atenção básica, do programa Mais Médicos, da fragilização, da resposta e da fome. Claro que

mistura todo esse contexto de crise econômica e social que o país mergulhou com Bolsonaro.

"Ah, mas teve pandemia", "teve guerra na Ucrânia". Sim, mas para isso que serve o Estado, para, num momento como esse, construir capacidade de resposta. E foi não tivemos isso. O que tivemos foi um presidente e um governo que aprofundaram a desgraça, que serviu como um grande inimigo da população brasileira e está aí. Está no Ministério da Saúde, está no da Educação, da Cidadania. Está em todas as áreas a expressão dessa desmontagem.

– Quanto tempo será necessário para essa reconstrução?

– É difícil dizer agora quanto tempo. Se a gente trabalha com a perspectiva de que a gente quer recuperar a dignidade e o direito da população à saúde... Acho que isso vai ser uma tarefa para os próximos quatro anos, mas com respostas muito imediatas. A saúde tem uma grande vantagem. Da mesma maneira que ela impacta muito significativamente a população quando o direito à saúde é negado e produz respostas muito rápidas. Então, é claro que o novo ministro ou nova ministra vai ter que entrar com a sua equipe montando um gabinete de crise. Construindo uma estratégia de garantir abastecimento de medicamentos, vacinas... Será preciso uma intensa campanha vacinal, enfrentando a pandemia de Covid, fazendo mutirão, convocando a sociedade para poder ter respostas e melhor impacto. Mas, enquanto isso é feito, isso produz respostas rápidas e vai ser o tempo necessário também para que sejam adotadas políticas estruturais. E aí o financiamento é fundamental. Por que estou falando isso? Porque logo que a gente montou o grupo de trabalho, quando ainda estavam só os quatro ex-ministros: eu, [Alexandre] Padilha, [Gomes] Temporão

e o Humberto Costa, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o [Aloizio] Mercadante nos deram uma tarefa: analisar o orçamento de 2023 aprovado pelo Congresso.

A gente identificou que para poder garantir R\$ 10 bilhões para as emendas do chamado “orçamento secreto”, o governo Bolsonaro simplesmente cancelou R\$ 10,47 bilhões de despesas. Ou seja, aquele orçamento que já era muito ruim, impactado pelo teto de gastos, afundado, como expressão da negação do direito à saúde, estava cortado em R\$ 10,47 bilhões. Então, esses R\$ 22,8 bilhões que estamos propondo na PEC emergencial vão recompor R\$ 10,5 bilhões para voltar a garantir o mínimo e ter mais R\$ 12 bilhões para ampliar o Farmácia Popular, comprar vacina, fazer um mutirão e enfrentar esses gargalos de acesso, comprar medicamentos oncológico...

– Você falou que eles queriam fazer negócio e eram negociacionistas. É o “negocionismo”...

– Eu sempre digo isso. É negociacionismo a serviço do “negocionismo”. A pior coisa que a gente pode dizer é que o Bolsonaro era incompetente, que não tinha projeto. Que nada. Tem projeto, foi muito competente para produzir necropolítica, para produzir negócio. Não tem essa não, gente. Por isso que foi tão importante derrotá-lo nas urnas e agora precisa ser derrotado na política. Na disputa simbólica do sentido da vida, da vida política do povo brasileiro.

– Sobre a questão do complexo industrial da saúde, que fala-se muito sobre a necessidade de o Brasil desenvolvê-lo, mas qual o tempo que isso pode levar?

– A política para o complexo econômico industrial de saúde começou a ser construída no segundo governo do presidente Lula, quan-

do a gente percebeu a importância de ter soberania, de usar o poder de compra pública do SUS, que é um grande comprador, para enfrentar os principais gargalos das necessidades tecnológicas de produzir inovação. Então, há, por exemplo, medicamentos que são destinados para poucos pacientes ou porque são doenças raras ou porque são drogas de segunda, terceira escolha para o tratamento do câncer, por exemplo. Mas custam absurdamente caro. Às vezes é um tratamento que custa milha-

**PELO QUE A
CPI APUROU, É
PRECISO LUTAR
PARA QUE NÃO
HAJA IMPUNIDADE.
PARA QUE NUNCA
MAIS SE REPITA, É
PRECISO, APONTAR
OS RESPONSÁVEIS**

res ou milhões de dólares. Então, começou-se a se perceber o seguinte, ou a gente domina essa tecnologia ou não vai conseguir garantir a produção em larga escala e dar acesso a toda a população. Veja, se hoje Bio-Manguinhos, se hoje o [Instituto] Butantan têm capacidade de produção de vacinas, é porque lá atrás a gente investiu em políticas de desenvolvimento produtivo, transferência de tecnologia e políticas de inovação.

Portanto, se trata de uma questão absolutamente imprescindível. Se não houver investimento na ca-

pacidade de produção no parque nacional, público e privado, no uso do poder de compra público, na inovação, na ciência e na tecnologia, vamos ficar eternamente dependentes. A nossa balança comercial hoje é altamente negativa. O Brasil gasta muito dinheiro para importar produtos, medicamentos e equipamentos que poderiam estar sendo produzidos aqui, gerando emprego qualificado, renda, fazendo com que o país fosse exportador. E temos capacidade.

– Tanto Bolsonaro quanto pessoas que fizeram parte do governo podem vir a ser responsabilizados judicialmente por tudo o que foi feito?

– Sim. Pelo conjunto de informações que a gente tem e se os órgãos de controle funcionarem com autonomia, independência e sem obstáculos criados ao longo do governo... Veja, as denúncias que a CPI fez são fundamentadas e a PGR segura todas. Uma das audiências que fizemos foi com familiares de vítimas da Covid e uma das coisas fundamentais é a memória, a reparação, combater essa impunidade. Tivemos um genocídio e não podemos repetir o que fizemos, por exemplo, na ditadura militar – “deixa pra lá”. A gente já viu onde isso vai parar. Para que nunca mais se repita, é preciso, sim, apurar responsabilidades. Houve ali um conluio...

– Uma condescendência criminoso...

– Podemos chamar como quiser, mas é isso mesmo... É só lembrar o seguinte: temos 2,7% da população mundial e registramos 11% dos óbitos. E todos os óbitos que estão além de 2,7% são evitáveis. Esse é o estoque daquilo que pode ser claramente atribuído. Eu digo sempre: no atestado de óbito não basta constar Covid, tinha que aparecer também ‘Bolsonaro’. •



O POVO NO ORÇAMENTO

Por ampla maioria de 64 votos, Senado aprova a PEC do Bolsa Família, que permitirá recompor os programas sociais e recolocar os interesses da maioria da população no centro do governo Lula

O Senado aprovou na quarta-feira, 7, a proposta de emenda à Constituição que representa o primeiro passo para a reconstrução do Brasil depois de quatro anos de descontrole e retrocessos impostos pelo governo Jair Bolsonaro. A PEC do Bolsa Família combina instrumentos para tirar o país do atoleiro: dinheiro para os programas essenciais de combate à fome e garantia de equilíbrio fiscal nas contas públicas ao estabelecer prazo para a definição de uma nova âncora em substituição ao fracassado teto de gastos.

A proposta de emenda foi o primeiro teste político de Lula no Congresso, desde o segundo turno da eleição, em 30 de outubro. O PT e a coalizão de esquerda tem minoria. A aprovação foi uma vitória política importante que pode assegurar ao novo governo espaço para gastos do governo pelos próximos dois anos.

As emendas constitucionais precisam da aprovação de pelo menos três quintos dos 81 membros do Senado em cada um dos dois turnos de votação. O projeto também precisará do apoio de três quintos dos 513 membros da Câmara dos Deputados, onde deve ser votado nesta semana. O futuro governo precisava de, no mínimo, 49 votos, e calculava ter entre 54 a 60 apoios no Senado.

“Essa é a PEC da conciliação”, sintetizou o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). “A medida conciliando promessas de campanha, coloca dinheiro nos orçamentos de 2022 e de 2023, e retoma os programas sociais que tantas pessoas necessitam. E, por fim, viabiliza a transi-

ção de um sistema caótico para um sistema fiscal realista, confiável e factível para o Brasil”.

O texto foi aprovado em dois turnos de votação por ampla margem de votos – 64 votos a favor no primeiro e no segundo turnos. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. A expectativa é que seja votado ainda nesta semana para que seja promulgado antes do recesso parlamentar.

Na sexta-feira, 9, Lula disse que vai negociar com os líderes na Câmara para garantir a aprovação da PEC antes do Natal. “Não acredito em dificuldade na Câmara. Terei as conversas necessárias para aprovar, como no Senado. Essa PEC é para fazer reparo no governo Bolsonaro e trazer o mínimo necessário para pessoas necessitadas, saúde, farmácia popular e começar a cuidar do povo brasileiro”, explicou o presidente eleito.

**A PROPOSTA
DE EMENDA
AMPLIA O TETO
DE GASTOS EM R\$
145 BILHÕES ATÉ
2024 E PERMITE
O USO DE R\$ 23
BILHÕES PARA
INVESTIMENTOS**

A proposta foi apresentada pelo relator do Orçamento 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), por sugestão do gabinete de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia é garantir o pagamento de R\$ 600 aos beneficiários do novo Bolsa Família, mais R\$ 150 por criança menor de 6 anos, além de reajustar o salário mínimo acima da inflação e recompor orçamentos destruídos pelo governo, como dos programas Farmácia Popular, merenda escolar, além da compra de vacinas, e a própria manutenção das universidades.

O relatório do senador Alexandre Silveira (PSD-MG) amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões em 2023 e 2024 e permite o uso, para investimentos, de R\$ 23 bilhões oriundos do excesso de arrecadação do governo. O valor reservado pela equipe de Paulo Guedes para o programa sem a PEC encaminhado ao Congresso é suficiente apenas para o pagamento de R\$ 405.

Além disso, o governo Lula fica obrigado a enviar ao Congresso até agosto do próximo ano um projeto de lei complementar para estabelecer um regime fiscal sustentável que substitua o atual teto de gastos – aprovado pelo Congresso após o Golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República e que se mostrou um fracasso.

Nos últimos três anos e meio, o próprio governo Bolsonaro furou o teto de gastos em mais de R\$ 700 bilhões. A base bolsonarista ligada diretamente ao presidente votou contra a proposta. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e outros radicais aliados do Palácio do Planalto ficaram reduzidos a 16 votos no primeiro turno e a



Sérgio Lima/AFP

QUEM VOTOU CONTRA A PEC NO SENADO

Nos dois turnos da PEC do Bolsa Família no Senado, 16 parlamentares votaram contra a proposta apresentada pelo governo Lula, que permitirá refazer o orçamento e assegurar os recursos para outros programas sociais importantes, como o Farmácia Popular.

Pois o bolsonarismo mais radical, liderado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL_RJ), votou contra a medida. Assim como a mãe do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI). Suplente do filho, Eliane Nogueira teve coragem de votar contra os R\$ 600 para os beneficiários do novo Bolsa Família.

Veja quem são os 16 senadores que votaram contra o povo no primeiro turno da PEC, que agora será examinada na Câmara dos Deputados:

- Carlos Portinho (PL-RJ)
- Carlos Viana (PL-MG)
- Eduardo Girão (Podemos-CE)
- Eliane Nogueira (PP-PI)
- Esperidião Amin (PP-SC)
- Flávio Bolsonaro (PL-RJ)
- Ivete da Silveira (MDB-SC)
- Lasier Martins (Podemos-RS)
- Luis Carlos Heinze (PP-RS)
- Marcos do Val (Podemos-ES)
- Marcos Rogério (PL-RO) *
- Maria do Carmo Alves (PP-SE) *
- Plínio Valério (PSDB-AM)
- Romário (PL-RJ) *
- Reguffe (Podemos-DF)
- Styvenson Valentim (Podemos-RN).

* Votou contra a PEC no primeiro turno e não participou da votação em segundo turno.

DIÁLOGO Presidente disse que vai negociar com a Câmara para assegurar a aprovação da PEC que permitirá recompor o orçamento da área social

13 no segundo – três simplesmente se ausentaram na segunda etapa de votação da PEC.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) ressaltou a boa receptividade que a PEC teve junto aos setores econômicos do país. “Não estamos chegando para brincar de PEC. Não nos interessa ficar dependendo de PEC. Queremos dar um arcabouço fiscal definitivo para o Brasil, em respeito ao mercado que reagiu bem ontem [após a aprovação da emenda na CCJ], a bolsa subiu e o dólar caiu”, comentou.

“Sabemos que a proposta não é a solução para todos os males do país”, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS). “Mas ela é fundamental para a reconstrução nacional pós-pandemia”. O parlamentar gaúcho citou dados oficiais para demonstrar por que considera “dramática” a crise social brasileira.

“O povo brasileiro precisa de condições mínimas para viver e a

responsabilidade é nossa neste momento da história. Mais de 62 milhões estão em situação de pobreza. Desses, quase 18 milhões de pessoas estão em situação de extrema pobreza”, destacou Paim. “O percentual de crianças de até 14 anos abaixo da linha da pobreza é de 46,2%. Direta ou indiretamente, cerca de 100 milhões dependem do salário mínimo, que é um farol para os mais pobres. Cabe a nós pensar na grandeza do coletivo”.

O relator da PEC reforçou o compromisso do governo eleito com o envio de um novo arcabouço fiscal até agosto do ano que vem, além de uma reforma tributária.

“Nós tivemos uma tranquilidade nessas 24 horas porque o Brasil entendeu a necessidade da ampliação desses recursos como o mínimo necessário pelo futuro governo para atender as pessoas que mais precisam neste país”, disse após a votação no plenário. •

OS PRINCIPAIS PONTOS DA PEC

- Eleva o teto de gastos em R\$ 145 bi em 2023 e 2024 para bancar o Bolsa Família
- Permite o uso de R\$ 23,9 bilhões para investimentos fora do teto
- Abre brecha para a liberação de emendas pelo governo atual ainda em 2022
- Executivo terá de enviar nova proposta de regra fiscal até 31 de agosto de 2023. Quando aprovada a nova regra por projeto de lei complementar, fica revogado da Constituição o teto atual. A aprovação precisa de maioria simples.
- Permite ao governo o uso de recursos esquecidos do PIS/Pasep para investimentos públicos.

ROMÁRIO, ARTILHEIRO DO CAOS SOCIAL

Na votação da PEC do Bolsa Família, a bancada do Rio no Senado votou em peso contra os eleitores mais humildes, rejeitando a medida apresentada pelo governo Lula. Até o ex-craque da Seleção que parece ter esquecido o seu passado de origem humilde

Carlos Santana

Na última semana, estivemos diante de uma decisão importante para o Brasil, e não era o jogo contra a Coreia do Sul pelas oitavas de final da Copa do Mundo do Catar. A votação, no Senado, do texto base da PEC do Bolsa Família. Na discussão, a ampliação do teto de gastos para viabilizar o pagamento do benefício e outros programas sociais.

Senadores e senadoras acabaram aprovando, para os anos de 2023 e 2024, R\$ 145 bilhões para além do limite imposto do teto de gastos, dando margem ao governo eleito de Lula para concretizar suas principais promessas de campanha. Foram 64 votos a favor, 16 contra na primeira votação e 13 contra na segunda.

Entre aqueles que negaram ao futuro governo a possibilidade de atender aos mais necessitados, principais vítimas do caos econômico que se arrasta desde o momento mais crítico da pandemia, estão os três senadores do estado do Rio de Janeiro: Carlos Portinho, Flávio Bolsonaro e Romário, todos do PL, partido de Jair Bolsonaro.

Importante destacarmos o papel do senador Romário nesta questão, reeleito nas eleições deste ano com 2.240.045 votos do povo fluminense.

Certamente, entre os eleitores do parlamentar existem beneficiários dos programas sociais, como o próprio Auxílio Brasil – o novo Bolsa Família. Afinal, segundo da-

Agência Câmara



ALINHAMENTO Senador pelo PL do Rio de Janeiro, Romário se manteve ao lado de Bolsonaro e votou contra a aprovação da PEC do Bolsa Família

dos do Ministério da Cidadania, o Rio de Janeiro foi o estado com maior número de inclusões no Auxílio Brasil em agosto, mês de início do processo eleitoral: foram mais de 336 mil famílias que passaram a receber o mínimo de R\$ 600, sendo o investimento de mais de R\$ 1 bilhão.

No estado do Rio, quase 1,7 milhão de famílias dependem do benefício. Esse número é mais da metade do número de votos do senador Romário, que despontou na disputa contra nomes como o presidente da Alerj, o deputado estadual André Ceciliano (PT), e contra o deputado federal Alessandro Molon (PSB).

Das outras duas figuras do PL não esperávamos coisa diferente, mesmo a ampliação do Auxílio Brasil também ter constado na plataforma de Bolsonaro.

Entretanto, insistimos em questionar a atitude de Romário, que

aparentemente esqueceu suas raízes suburbanas de quem saiu do Jacarezinho para ganhar o mundo com seu inegável talento dentro do campo de futebol. É esta a resposta que o senador reeleito dá como agradecimento ao seu eleitorado mais humilde?

Não duvidamos de que muitos daqueles cidadãos do Rio deram seu voto em Romário também pelos momentos de alegria que ele deu vestindo as camisas de grandes clubes do Brasil e da seleção brasileira. De boa fé, muitos eleitores votam pela emoção. Porém, no Congresso Nacional, Romário parece querer despontar não mais como aquele goleador que vestia a camisa 11, mas como um artilheiro do caos social. •

* Ex-deputado federal pelo PT-RJ, é presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, presidente estadual da CUT-RJ, além de professor universitário, doutor em História pela UFRJ e bacharel em Direito.



CRAQUES Acompanhado da presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, e do vice Geraldo Alckmin, Lula anunciou os nomes dos ministros Fernando Haddad, Flávio Dino, Rui Costa e José Múcio. O chanceler será Mauro Vieira

UM MINISTÉRIO DE VERDADE

Lula anuncia Fernando Haddad na Fazenda e outros quatro nomes para compor o seu ministério: Flávio Dino (Justiça), José Múcio (Defesa), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Rui Costa (Casa Civil)

O presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou na sexta-feira, 9, o nome de cinco ministros do novo governo. O advogado e economista Fernando Haddad será o ministro da Fazenda. A indicação do ex-prefeito reforça a preocupação do novo presidente, que defendeu ainda na campanha um político para o posto que tenha sensibilidade com a questão social.

“Espero que Haddad fale sobre mercado, mas também fale

das necessidades do povo”, disse Lula ao anunciar o nome do petista para comandar a equipe econômica. Ex-ministro da Educação disse que sua nova equipe trabalhará em estreita colaboração com o novo ministro do Planejamento. “Precisamos ter uma equipe plural e coesa e isso precisa ser combinado”, lembrou.

A troca de Fernando Haddad por Paulo Guedes, um economista ultraliberal que ficou rico atuando no mercado financeiro e nunca comandou um cargo no Executivo, foi saudado por co-

mentaristas, por conta da capacidade de diálogo e negociação do político. Entra um economista de olhar social e sai um falastrão que levou o país à ruína e deixou como legado 15 milhões de desempregados e 33 milhões de brasileiros passando fome.

O presidente também escolheu outros quatro nomes para compor o governo a partir de 1º de janeiro de 2023. O governador da Bahia, Rui Costa, vai assumir a Casa Civil. O ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro ficará

à frente do Ministério Defesa. O senador eleito Flávio Dino (PS-B-MA) vai liderar Ministério da Justiça e o embaixador Mauro Vieira estará à frente do Itamaraty. Os cinco são reconhecidos por suas habilidades políticas como negociadores, uma característica que o próprio Lula pratica e aprecia. Dino anunciou ainda a escolha do delegado Andrei Rodrigues para a Diretoria-Geral da Polícia Federal.

Haddad ingressou no governo Lula ainda em 2003, chegando a ficar na Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Mais tarde, tornou-se ministro da Educação, cargo que manteve por seis anos. Ele deixou o segundo governo de Lula para assumir a Prefeitura de São Paulo. Em 2018, concorreu à presidência depois que Lula foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro e perdeu para Bolsonaro.

A outra indicação considerada importante é a de José Múcio para o Ministério da Defesa. Ex-ministro da articulação política no governo Lula em 2003, Múcio foi deputado federal e é um político reconhecido pelo amplo trânsito no meio político. Múcio lembrou que ele foi colega de Jair Bolsonaro por quase duas décadas, com quem conviveu, apesar das diferenças. “Vivemos em uma democracia”, lembrou.

O novo ministro da Defesa destacou ainda que seguirá o sistema hierárquico existente para os indicados das Forças Armadas. “Vou propor ao presidente que sigamos o sistema tradicional, será indicado o mais velho de cada força”, disse Múcio. Ele também declarou que é preciso “despolitizar” as Forças Armadas. A missão dele é ‘pacificar’ a caserna, erigida desde que Bolsonaro chegou ao poder em 2019. •



EXPERIÊNCIA Mauro Viera foi ministro das Relações Exteriores com Dilma

VIEIRA: “VAMOS TRAZER O BRASIL DE VOLTA”

Ex-chanceler no governo Dilma, o embaixador do Brasil na Croácia quer recolocar o país no centro dos grandes temas globais e fazê-lo voltar a ter respeito

O embaixador Mauro Vieira, 70 anos, já enfrentou muitos desafios. Diplomata de carreira, atualmente no posto da Croácia, ele reconhece que sua missão à frente do Ministério das Relações Exteriores será difícil. Até porque o Brasil perdeu relevância no cenário internacional por conta das posições extremas tomadas por Jair Bolsonaro. Mas não se intimida.

“Política externa é um instrumento da afirmação internacional do país e de defesa da soberania, da presença no mundo. O Brasil esteve ausente do mundo e dos grandes centros de decisão nos últimos anos”, lembra. “Todas as medidas que se tomam são importantes nesse sentido, de trazer de volta o Brasil para o cenário internacional”.

A política externa do governo Bolsonaro é considerada o maior retrocesso para a imagem do país desde o início do século 20. O país deixou de ter relevância e passou a se ver e vender como um

pária internacional. Isso se deveu muito ao próprio Bolsonaro e seu primeiro ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Ex-chanceler na presidenta Dilma Rousseff, Vieira tem muita experiência. Funcionário de carreira do Itamaraty, formou-se no Instituto Rio Branco, em 1974. Foi embaixador do Brasil na Argentina entre 2004 e 2010 (governo Lula), embaixador nos Estados Unidos entre 2010 e 2015 (governos Lula e Dilma), e representante do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) entre 2016 e 2020.

Lula o elogiou quando anunciou os nomes dos ministros. “Tenho uma grande relação com Mauro Vieira. Tive uma extraordinária relação quando presidente e resolvi escolhê-lo como meu ministro das Relações Exteriores”, disse o presidente. “O Brasil precisa voltar a ter uma política externa protagonista, uma política externa, como diz sempre o companheiro Celso Amorim, ativa e altaiva”. •

A HERANÇA MALDITA

O ponto central do governo Lula 3 será enfrentar as mazelas deixadas pelo ex-capitão. Por isso é fundamental a Câmara concluir a aprovação da PEC do Bolsa Família. São R\$ 145 bilhões de reais anuais fora do teto de gastos para a reparação social

Reginaldo Lopes

Os quatro anos do desgoverno de Jair Bolsonaro deixam uma descomunal herança maldita. O Estado foi



praticamente destruído, com a ruína de políticas públicas em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente e promoção comercial.

O desastre se estendeu ao campo social: o país nunca presenciou tanta concentração de renda em tão curto período, criando-se novos milionários e bilionários enquanto 33 milhões de pessoas passaram a ter fome e mais 100 milhões foram jogadas na insegurança alimentar, sem saber o que vão comer ao longo do dia.

À parte a política elitista, incompetente e geradora de miséria, com arrocho salarial e inflação, a dupla Bolsonaro e Paulo Guedes mostrou incompetência. O rombo no Orçamento ultrapassa a casa dos R\$ 300 bilhões. Prometeu-se um Bolsa Família no valor de R\$ 600, mas sem previsão orçamentária. Tiraram recursos do Farmácia Popular, das univer-

sidades e institutos federais, congelaram os repasses para a merenda escolar em míseros 36 centavos de real por aluno.

Para aumentar a nódoa na imagem externa do Brasil, o País deve R\$ 5 bilhões a organismos interna-

cionais, sem previsão orçamentária para honrar o compromisso. Servidores públicos estão sem reajuste salarial há sete anos. Não há recursos para serviços essenciais, que já estão paralisados ou prestes a entrar em colapso. Há a ameaça do não pagamento de aposentados do INSS em janeiro, por incúria do ex-capitão.

Nesse cenário caótico, o principal desafio do governo Lula, além de colocar o Brasil nos eixos, será interromper o ciclo da pobreza e da fome. O ponto central de seu governo será enfrentar essas mazelas deixadas pelo ex-capitão.

Para isso, será fundamental a Câmara concluir a aprovação da PEC do Bolsa Família, que vai garantir o benefício social mensal no valor de R\$ 600 e mais R\$ 150 por criança de até seis anos. Serão R\$ 145 bilhões de reais anuais fora do teto de gastos para a reparação social.

Trata-se de um instrumento estratégico para tirar o Brasil do fundo do poço. Dá uma folga orçamentária que garantirá simultaneamente a justiça social e recursos para investimentos, aumento real do salário mínimo e a implementação de ações que vão garantir a retomada do crescimento econômico do país.

O governo deixou um orçamento impossível de ser executado, já que é uma peça de ficção, cheio de furos em todas as áreas. Basta dizer que não há previsão orçamentária sequer para a realização de uma campanha de vacinação em 2023.

Com rearranjo orçamentário e a aprovação da PEC, prevê-se a retomada das obras públicas no Brasil, o que poderá impulsionar a economia, gerando milhões de empregos no curto e longo prazos.

O Brasil padeceu nesses últimos quatro anos com um governo neofascista desastroso, autoritário e contrário aos interesses nacionais e populares. Felizmente, o pesadelo está prestes a acabar. Faltam poucos dias para a posse de Lula e o Brasil voltar sorrir de novo. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.



A BOMBA-RELÓGIO DO AUXÍLIO

Transição denuncia: Bolsonaro incorreu em graves abusos de poder econômico e político às vésperas das eleições. E isso configura crime eleitoral. O governo usou a máquina para incluir 2,5 milhões de beneficiários de olho nas urnas

O presidente Jair Bolsonaro deixou uma bomba-relógio para o governo eleito. A equipe de transição detectou que, no desespero diante das pesquisas que apontavam a iminente vitória de Lula, o Palácio do Planalto determinou a inclusão de 2,5 milhões de pessoas pouco antes das eleições no Cadastro Único para incluí-las no Auxílio Brasil. Outra revelação: em 2022, o número de famílias com apenas um integrante cadastrado saltou de 2 milhões para 4,5 milhões de beneficiários.

Segundo a ex-ministra de Desenvolvimento Social Tereza Camello, que integra o grupo técnico da área social na transição, a estra-

tégia do governo Bolsonaro configura grave irregularidade. “Há fortes indícios de abuso de poder econômico e político por parte do governo, para além da incompetência e da má gestão”, aponta.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), coordenadora do GT da transição reforça as acusações. “Houve um verdadeiro desmonte de políticas públicas de assistência e desenvolvimento social no atual Ministério da Cidadania”, critica. “O ministério da Cidadania hoje no Brasil é apenas cidadania no nome. Hoje, quase todo orçamento está única e exclusivamente voltado para o Auxílio Brasil e o Auxílio Gás”.

Segundo o diagnóstico do GT de Desenvolvimento Social, que

ainda conta com a ex-ministra Márcia Lopes, seriam necessários R\$ 70 bilhões para complementar o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família. Há ainda necessidade de R\$ 2 bilhões para o Auxílio Gás e mais R\$ 2,6 bilhões para manter o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Isso sem falar de outros programas como o de construção de cisternas, a compra de cestas básicas para situações emergenciais. Todos esses programas foram paralisados por decisão de Bolsonaro e para os quais seriam necessários pelo menos outros R\$ 3 bilhões.

Coordenador dos GTs na transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante afirmou que os dados



BOLSONARO É DENUNCIADO

O PT ingressou na última quinta, 9 de dezembro, com um pedido de investigação eleitoral contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o candidato a vice na chapa derrotada em 30 de outubro, general Braga Neto, sob a acusação de abuso do poder político e econômico. O caso está nas mãos do ministro Benedito Gonçalves, corregedor-geral eleitoral. A legenda pede que Bolsonaro e seu vice sejam condenados e declarados inelegíveis.

Ambos teriam cometido abuso de poder econômico ao conceder um “pacote de bondades” às vésperas das eleições de 2022. A denúncia é assinada pelos advogados Cristiano Zanin, Eugênio Aragão e Ângelo Ferraro. O objetivo do governo ao conceder o pacote de bondades é claro: “angariar votos e influenciar na escolha dos eleitores”.

Entre as medidas anunciadas pelo governo Bolsonaro com o objetivo de influenciar diretamente na eleição presidencial estão a concessão de vantagens a concursados das polícias federal e rodoviária federal, a antecipação dos repasses do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás durante o 2º turno, a inclusão de 500 mil famílias no Auxílio Brasil somente no mês de outubro e a antecipação de pagamentos de benefícios a caminhoneiros.

“No que tange ao abuso de poder econômico, por utilização de dinheiro público para fins eleitorais, além da comprovada má gestão dos cofres públicos, tem-se por evidente que, ao analisar cada benefício concedido, o atual governo gastou na ordem de R\$ 60 bilhões de reais”, aponta os advogados que atuam no caso em nome de Lula. •

INDÍCIOS GRAVES A ex-ministra do Desenvolvimento Social acusa o governo Bolsonaro de ter usado a máquina do governo para ganhar votos

levantados pelo são graves o suficiente para caracterizar crime eleitoral. Ele disse que a transição pretende usar os dados para fazer representações junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas da União (TCU) e à própria Justiça Eleitoral.

“Esses desdobramentos jurídicos dependem da instância. O TCU tem um tipo de avaliação, a Justiça Eleitoral outro e a Justiça Federal também. A Lei das Estatais estabelece a obrigatoriedade da gestão de risco. Esse programa do crédito consignado teve gestão de risco por parte da Caixa, que é um banco público, uma autarquia?”, questiona.

Mercadante disse que os grandes bancos não entraram na aventura do consignado porque há projeções de uma taxa de inadimplência elevada, o que é incompatível com o desenho da gestão de risco. “Tanto é assim, que o programa foi interrompido. Mas temos Toda a cadeia de responsabilidade, do candidato aos gestores que colocaram seu aval nesses procedimentos”, disse.

O ex-ministro destaca que os indícios são evidentes e robustos. “Como pode ter um crescimento exponencial de 2,5 milhões de pessoas (no Auxílio Brasil) e termina a eleição com a declaração de

que ‘agora o novo governo tira um milhão e depois um milhão e meio (dessas pessoas) e faz de conta que fiz a minha parte, que só consegui enxergar isso quando terminou a eleição’”, criticou.

Tereza Campello apontou um crescimento anormal no número de beneficiários unipessoais – que residem sozinhos. A situação pode configurar fraude, caso duas pessoas da mesma família tenham se cadastrado independentemente uma da outra com o objetivo de acumular os benefícios.

Houve um aumento de 197% no número beneficiários com esse perfil cadastrados no programa durante o governo Bolsonaro. Isso por si indicaria o uso eleitoreiro do programa. De acordo com a ex-ministra, o cadastro de pessoas com esse perfil não ocorreu em larga escala devido à má fé dos beneficiários, mas por indução do atual governo.

Bolsonaro iniciou um programa de revisão da concessão dos benefícios. No entanto, o cronograma prevê apenas a análise de 8.000 casos em dezembro de 2022. Para janeiro, quando o novo governo já estiver atuando, a revisão deve atingir 1,1 milhão de beneficiários, situação considerada inviável pela transição. •

GOLPISMO VAI PARAR NO TSE

Campanha de Lula-Alckmin denuncia o presidente, os seus filhos e aliados extremistas do clã no parlamento por abuso do poder ao apontarem levemente falhas nas urnas eletrônicas

O presidente Jair Bolsonaro e os filhos Eduardo e Flávio, respectivamente deputado federal por São Paulo e senador pelo Rio de Janeiro, por crimes eleitorais que podem torná-los inelegíveis por oito anos. Os três estão sendo processados juntamente com parlamentares extremistas, expressões do bolsonarismo mais radical: Carla Zambelli (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF) e Magno Malta (PL-ES).

A ação foi protocolada na quinta-feira, 8 de dezembro, junto ao Tribunal Superior Eleitoral. O caso foi encaminhado à Corregedoria da Justiça Eleitoral. Todos são acusados de abuso do poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

“O grave ataque às bases democráticas do Brasil foram cirurgicamente desenhadas ao semear-se a tese conspiracionista de que as urnas eletrônicas seriam fraudadas”, denunciam na ação os advogados Eugênio Aragão, Cristiano Zanin e Ângelo Ferraro. O ex-ministro da Justiça, que também foi procurador da República, pediu que as informações sejam incluídas nos inquéritos das fake news e das milícias digitais, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

O processo mira diretamente o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carla Zambelli (PL-SP) e Bia Kicis (PL-DF), e o senador eleito Magno Malta (PL-ES). Entre os principais pontos de abuso de poder po-

Wilson Dias/Agência Brasil



RISCO À DEMOCRACIA Procurador da República aposentado, Eugênio Aragão acusa Bolsonaro de denunciar fraudes no sistema eleitoral sem provas

lítico e uso indevido dos meios de comunicação envolvem a divulgação de inquérito da PF sobre urnas por Bolsonaro em 2021. Os representantes da chapa Lula-Alckmin também citam na ação as declarações do presidente colocando em xeque o processo eleitoral.

“É possível constatar que Jair Messias Bolsonaro valeu-se da condição de Presidente da República do Brasil, figura de máximo poder no âmbito do Poder Executivo Federal, para promover reiterados ataques à segurança das urnas eletrônicas, com a disseminação da falsa ideia de que as urnas eletrônicas são fraudáveis, hackeadas e manipuladas por terceiros”, aponta os advogados.

Aragão enumera ainda outras evidências que explicitam a

tentativa de Bolsonaro de fraudar as eleições ao lançar suspeitas sobre a lisura do pleito e o comportamento dos dirigentes da própria Justiça Eleitoral. Na ação, o ex-ministro cita a famigerada reunião de Bolsonaro com embaixadores no Palácio da Alvorada, ocorrida em 18 de julho, quando o presidente contou mentiras sobre o funcionamento das urnas eletrônicas.

Segundo os advogados da coligação, a campanha de Bolsonaro e seus aliados promoveram reiterados ataques ao sistema eleitoral para respaldar uma “narrativa golpista”. E tais atos foram disseminados pelas redes sociais por meio de publicações e lives para milhões de espectadores pelos parlamentares citados na ação. •



AS VIVANDEIRAS DOS QUARTÉIS

Enquanto a equipe de transição segue trabalhando, inclusive nos preparativos para a posse de Lula, os golpistas pedem a volta dos militares e pregam violência como arma política. Entre os radicais, artistas como Cássia Kis e Victor Fasano

Guto Alves

O ano era 2011. Na ocasião, a presidenta Dilma Rousseff iniciaria uma série de viagens pelo país. A primeira delas seria até Manaus (AM), uma solenidade para lançar o Programa de Fortalecimento da

Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Mama, do governo federal. Enquanto discursava e era aplaudida pelo público, Dilma dividia o palco com algumas mulheres, entre elas Cássia Kis e Daniela Mercury, que lá estavam em apoio à iniciativa e em campanha por mais políticas públicas para as mulheres no país.

Por ironia do destino, hoje, uma década depois, as duas artistas estão em posição de destaque de movimentos políticos que se deslocam no país, de maneira antagônica. Enquanto Mercury foi uma das vozes da campanha de Lula e chegou a ter nome ventilado para ocupar o Ministério da Cultura, Cássia Kis mostra a que veio com



Fotos: Reprodução/Twitter

CELEBRIDADES Os atores Maurício Mattar e Cássia Kis aderiram ao bolsonarismo e se prestaram, nas últimas semanas, a celebrar as manifestações de radicais em defesa de um golpe militar que impeça a posse de Lula

declarações homofóbicas e golpismo. Quando não está gravando a novela "Travessia", a atriz se ajoelha em frente ao Quartel do Exército no Rio de Janeiro, debaixo de chuva, para pedir um golpe militar e impedir "a volta do comunismo". Encerradas as eleições, um movimento insuflado por radicais, pela família Bolsonaro e alimentado jornalistas da extrema-direita, milhares de pessoas histéricas se prostaram em acampamentos ao redor de bases militares ao redor do país - das mais remotas cidades do interior às maiores cidades do país, incluindo um enorme assentamento em frente ao QG do Exército em Brasília, no Distrito Federal.

Os atos, criminosos e inconstitucionais, incitam clamores antidemocráticos, com desordem e ameaça de golpe, ganhando proporções e adesões preocupantes, pelo alcance que ampliam. Ainda que alguns vejam o movimento humor, até por ter virado piada ao invocar a intervenção de ETs, a situação é grave. Ainda que Bolsonaro tente se

afastar dos atos golpistas e não responda ao clamor de seus seguidores, o movimento segue reunindo asseclas radicais e figuras midiáticas do bolsonarismo.

Além de Cássia Kis, que une ao movimento seu radicalismo

QUANDO SE DEFENDE INTERVENÇÃO POR NÃO ACEITAR O RESULTADO DAS URNAS, É O MESMO QUE CLAMAR POR UMA DITADURA

religioso ligado ao grupo fundamentalista católico Centro Dom Bosco, nomes como Victor Fasano, Mario Gomes e Maurício Mattar se somam às outras vivandeiras de quartel, que incluem em suas reivindicações uma infundada anulação das eleições, a injustificada prisão de Lula e a intervenção das Forças Armadas para tomar o poder em Brasília. Em meias palavras, um Golpe de Estado em nome de Bolsonaro.

Quando se defende uma intervenção e se pede um golpe por não reconhecer o resultado das urnas, é o mesmo que clamar por uma ditadura militar. O último regime de exceção durou 25 anos e deixou um rastro de sangue, com perseguição, censura, tortura e assassinatos de jornalistas, intelectuais, artistas e grupos que o combatiam. É isso o que pedem, a volta de um Estado truculento, que atenda às elites e elimine opositores.

Quando jornalistas, influenciadores digitais e artistas emprestam sua voz e sua imagem a esse movimento, subscrevem à tentativa



Fotos: Reprodução



PRISÃO Após pregar a convocação de atiradores para impedir a posse de Lula, na frente do QG do Exército em Brasília, o empresário Milton Baldin foi preso, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF

de Golpe de Estado que bolsonaristas tentam a todo custo, desde o dia 30 de novembro, quando Bolsonaro foi derrotado fragorosamente nas urnas por Lula.

Não é preciso se sujar nos acampamentos golpistas para insuflá-los. Para isso há centenas de personalidades famosas, como Regina Duarte, Luiza Tomé, Nelson Piquet, o ex-jogador Robinho e Antônia Fontenelle. Todos, diariamente, pedem por um golpe no país e anulação das eleições, do conforto de seus lares, a exemplo do filho do presidente, Eduardo Bolsonaro. O deputado foi para o Catar com a esposa, enquanto os seguidores de sua família enfrentam chuva e dormem na rua na

porta de quartéis e em rodovias do país, sempre no aguardo de "72h" até o dia do golpe.

Seja nas ruas, nas rodovias, causando tumulto e prejuízos financeiros, prejudicando a vida de demais cidadãos, ou pelas redes sociais, a violência e o discurso de ódio que se disseminam são assustadores. As manifestações dão ao grupo ares de seita, com mentes sequestradas pelo bolsonarismo. Em grupos do Telegram, usuários pedem a prisão do presidente eleito, alegam fraude nas eleições, repetem o mantra "Lula não sobe a rampa", com referência a impedimento da posse do presidente eleito com e aguardam, diaria-

mente, um sinal positivo de Jair Bolsonaro, que nunca dá às caras, ou de algum general, de que haverá um Golpe Militar pelo qual tanto clamam.

Todos respondem ao âmago do movimento ao qual pertencem, que atendem ao chamado de Bolsonaro de um Golpe Militar. Em 2018, o então candidato defendeu "fuzilar a petralhada" durante discurso, empunhando um fuzil, do alto de um trio elétrico no Acre, em ato de campanha.

Na sessão que votava o impea-

chment de Dilma Rousseff, ele decidiu o voto a Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador. Em 1999, já dizia que "o voto não vai mudar nada no Brasil" e que "só uma guerra civil, matando uns 30 mil", daria jeito no país.

Nos maiores acampamentos, a fartura golpista impressiona. Caminhonetes chegam carregadas de cerveja, alimentos e carne, muita carne para churrascos. Em alguns lugares, como em Brasília, o clima é de festa entre aqueles que não aceitam a derrota e questionam o resultado das urnas.

Relatórios enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF) revelaram o perfil dos líderes e financiadores de manifestações e bloqueios antidemocráticos no Acre, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Majoritariamente, empresários do agronegócio, controladores de grandes empresas e transportadoras, com milhares de caminhões disponíveis para obstruir vias e dar volume aos atos.

Na última terça-feira, 6, a Polícia Federal prendeu o empresário Milton Baldin, que participava de uma manifestação antidemocrática em frente ao QG do Exército em Brasília. A decisão partiu do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, em razão de vídeos em que o empresário convoca atiradores para participar de uma ma-

**O PAÍS ASSISTE
À VIOLÊNCIA E
AO DISCURSO
DE ÓDIO QUE SE
DISSEMINAM
NOS QUARTÉIS E
NAS RUAS POR
BOLSONARISTAS.
É ASSUSTADOR**

nifestação contra Lula. Em outro momento, diz: “Essa bandeira (do Brasil) pode até ser vermelha, mas com meu próprio sangue”.

Também por decisão de Moraes, o aplicativo Telegram bloqueou grupos golpistas que organizavam atos antidemocráticos. Apesar de ainda existirem aos montes e de formarem os principais canais entre golpistas, após o silêncio e a reclusão de Bolsonaro, o Tribunal Superior Eleitoral se comprometeu em continuar monitorando as redes de comunicação para evitar que projetos antidemocráticos e golpistas sejam espalhados até a posse de Lula no dia 1º de janeiro de 2023.

Enquanto isso, na vida real, atento à violência golpista, que prega a perseguição de opositores, o governo de Transição atua constitucionalmente, buscando novos caminhos para por em prática o projeto de país eleito. E revela o legado de Bolsonaro: o desmonte do Estado e um rombo em dívidas e cortes no orçamento, com apagão administrativo em diversos setores, como saúde, educação e previdência social.

E a posse organiza diversas atrações artísticas, com a confirmação da vinda de chefes de Estado de todo o mundo. Lula já iniciou conversa e recebeu congratulações de países como China e Estados Unidos, mas os golpistas ainda atendem ao chamado bolsonarista, sempre à espera de um “sinal”, quando o que recebem do Planalto e das Forças Armadas é silêncio e resignação.

Com a aproximação da diplomação de Lula como presidente do Brasil, nesta segunda-feira, 12, às 14h, observam-se os sinais de desânimo na convicção dos manifestantes fieis ao ex-capitão. Lula subirá a rampa em festa no dia 1º de janeiro de 2023. E a ameaça do terrorismo político, que assusta os democratas ainda não se dissipou. •



IRRESPONSÁVEL Cercado por apoiadores no Alvorada, o presidente derrotado tenta manter viva a chama dos radicais que clamam por golpe

BOLSONARO AINDA INCITA OS GOLPISTAS

Calado nos últimos 40 dias, presidente põe fim ao silêncio a que se impôs e insufla os radicais: “Quem decide para onde vão as Forças Armadas são vocês”

O presidente Jair Bolsonaro rompeu o silêncio a que se impôs desde a derrota no segundo turno, em 30 de outubro, para tentar manter acessa a chama do golpismo entre seus apoiadores. Na sexta-feira, 9, pela primeira vez desde falou a apoiadores que clamam por um golpe militar para impedir que o presidente eleito de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, tome posse em janeiro.

Bolsonaro disse que ficou em silêncio por quase 40 dias, acrescentando: “Isso dói minha alma”. E aí jogou para a plateia um tipo de clamor golpista. “Quem decide para onde eu vou são vocês. Quem decide para onde vão as Forças Armadas são vocês”, disse Bolsonaro a seus seguidores no portão do Palácio da Alvorada.

Em seus comentários ambíguos, Bolsonaro não endossou o pedido de intervenção militar, mas disse que as Forças Armadas respeitariam a Constituição do Brasil. Desde outubro, o presidente não

reconheceu a vitória de Lula nas eleições presidenciais. Foi o seu silêncio que incentivou apoiadores a montarem acampamento em frente aos quartéis do Exército, há 40 dias. Outras manifestações golpistas vêm perdendo força.

A vitória apertada de Lula sobre Bolsonaro será certificada pelo Tribunal Superior Eleitoral nesta segunda-feira, 12, quando o novo presidente é diplomado, junto com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB).

Durante toda a campanha, Bolsonaro disse a apoiadores que as Forças Armadas eram o baluarte do Brasil para impedir o comunismo no país, acrescentando que “nada está perdido”. Ele ainda mantém a retórica caduca da guerra fria e disse que sua causa um dia vai prevalecer. “As Forças Armadas estão unidas. Devem lealdade ao nosso povo e respeito à Constituição, e são responsáveis pela nossa liberdade”, disse. “Ao contrário de outras pessoas, vamos vencer”. •



10 de dezembro de 1948

ONU DECLARA OS DIREITOS DO HOMEM

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, declara a Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Trata-se do artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada pela maioria dos países.

Motivados pelos horrores da guerra, os países-membros das Nações Unidas decidiram firmar um pacto para impedir que a humanidade passasse novamente por brutalidades semelhantes. Assim surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O documento foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como uma carta de princípios a ser observada por todos os povos e nações. E estabeleceu, pela primeira vez, os direitos de todos os seres humanos do planeta e a necessidade de garantir sua

proteção.

No preâmbulo, o documento afirma que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos enumera os direitos do homem em 30 artigos. Entre eles, afirma que “a vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade do voto”. Também decreta que “todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país”.

14 de dezembro de 2006

NASCE O ESTATUTO DA MICROEMPRESA

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte passa a vigorar em 14 de dezembro de 2006, no governo Lula. A regulamentação reduziu a burocracia no pagamento de tributos e simplificou a abertura e o fechamento de pequenas empresas, permitindo a um grande número de empreendimentos sair da informalidade e gerar mais empregos.

Já no ano seguinte, entrou em vigor o Simples Nacional, um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, estimulando os negócios e incentivando os pequenos empresários a legalizarem seus empreendimentos.

A figura jurídica do Microempreendedor Individual foi criada em 2009, permitindo a formalização de mais de 470 categorias profissionais – em seus primeiros cinco anos de existência, 4,1 milhões de trabalhadores passaram a ter CNPJ e pagar alíquota reduzida de impostos.

Entre 2001 e 2011, o PIB anual dos pequenos negócios no Brasil passou de R\$ 144 bilhões para R\$ 599 bilhões – um crescimento de 316%. De 2002 a 2012, o salário médio dos funcionários de micros e pequenas empresas aumentou 32,47%.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



13 de dezembro de 2007

OPOSIÇÃO DERRUBA A CPMF NO CONGRESSO

O Senado Federal derruba, por 45 votos a 34, em 13 de dezembro de 2007, a proposta de prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A decisão impôs dura derrota ao presidente Lula, implicando a perda de R\$ 40 bilhões para a Saúde em 2008, comprometendo o financiamento do SUS. O governo necessitava de 49 votos, 3/5 da composição da Casa.

CPMF é a sigla para Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, um imposto federal cobrado toda vez que uma pessoa fazia uma movimentação bancária. Ficou conhecido como "imposto do cheque". Era uma "mordida" do governo toda vez que alguém fazia um saque, transferia dinheiro para a conta de outra pessoa, pagava uma compra com cartão de débito, recebia

um depósito em dinheiro ou pagava um boleto.

O chamado "imposto do cheque" foi uma solução transitória criada em 1996 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para suprir necessidades do financiamento setorial da Saúde. À época, o PT votou contra o imposto. Em 1999, quando a primeira prorrogação foi aprovada, a alíquota de contribuição passara de 0,2% para 0,38%, adicionando 0,18% para a Previdência Social.

Para aprovar a prorrogação da CPMF até 2011, o governo Lula fez uma série de acordos e articulações. Na Câmara, a prorrogação foi aprovada em dois turnos. No Senado, o governo só alcançou 45 votos favoráveis. Com a rejeição no plenário do Senado, o imposto deixou de vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e representou perda de dinheiro para o governo.

Outras datas históricas

13/12/1838: Deflagrada no Maranhão a Revolta da Balaiada (MA), ocasionada por insatisfação popular, que conta com o apoio de escravos.

12/12/1940: Nasce José Domingos Cardoso, o Ferreirinha, ex-integrante do Diretório Nacional do PT pelo Rio de Janeiro.

15/12/1944: Nasce em Xapuri, no Acre, Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes. Ele teria 78 anos se fosse vivo. Foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, também em Xapuri.

10/12/1949: Nascimento de Nelson Frateschi, militante e fundador do PT.

13/12/1968: A ditadura militar institui o Ato Institucional nº 5, resultando na perda de mandatos de parlamentares contrários ao regime, permitindo a intervenção nos municípios e estados. Mas trouxe o endurecimento da ditadura. O AI-5 resultou na suspensão de quaisquer garantias constitucionais, inclusive o habeas corpus, e justificou a institucionalização da tortura, como instrumento Do Estado.

10/12/1989: Último comício da campanha Lula presidente, em São Paulo, na praça Charles Muller, em frente ao estádio do Pacaembu.

14/12/2001: Começa o 12º Encontro Nacional do PT, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE);

10/12/2007: Cristina Fernández Kirchner toma posse como presidenta da Argentina.

11/12/2019: A Câmara Municipal de São Paulo aprova o programa TransCidadania, criado em 2015, durante a gestão Fernando Hadad (PT).



PERSEGUIÇÃO As acusações formuladas pelo Ministério Público contra a vice-presidenta têm o mesmo padrão dos métodos adotados pela Lava Jato contra Lula. Acusações sem provas que levam à condenação

CRISTINA É VÍTIMA DE LAWFARE

Assim como Lula, a vice-presidente da Argentina é perseguida pelo Ministério Público. Agora, foi condenada a 6 anos de prisão por administração fraudulenta e anuncia que não será candidata a nada. Lula e Dilma manifestam irrestrita solidariedade à líder peronista

Em mais um caso de perseguição política e midiática a uma liderança popular na tradicional política da América Latina, um tribunal penal da Argentina condenou, na terça-feira, 6, a vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner, a seis anos de prisão pelo crime de administração fraudulenta. A sentença inabilita a ex-presidente a ocupar cargos públicos durante a vida toda.

É a primeira vez na história do

país que um vice-presidente no cargo é julgado e condenado. Cristina é mais uma vítima do lawfare, o uso da máquina judiciária para perseguir inimigos políticos por meio da Justiça. Tal qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula, condenado pela Lava Jato, sem provas por corrupção, Cristina é alvo de um conluio entre um juiz e procuradores.

Apesar da condenação, a sentença não significa que a vice-presidenta irá imediatamente para a prisão, já que deve recorrer a

instâncias superiores, como a Câmara de Cassação, até chegar Pa Suprema Corte, o que pode levar anos. Como vice-presidente, ela não pode ser presa até 10 de dezembro de 2023, quando termina seu mandato. Ela anunciou que não pretende concorrer às eleições presidenciais do próximo ano.

Lula e a ex-presidenta Dilma Rousseff manifestaram imediatamente apoio à líder política do peronismo. "Minha solidariedade à vice-presidente da Argentina,

Cristina Kirchner”, disse Lula. “Vi sua manifestação de que é vítima de lawfare e sabemos bem aqui no Brasil o quanto essa prática pode causar danos à democracia. Torço por uma justiça imparcial e independente para todos e pelo povo da Argentina”.

E Dilma: “A sentença, em definitivo, é injusta e recai sobre Cristina Kirchner, que é uma das mais importantes líderes da América Latina. Sem dúvida, é uma exigência da extrema-direita, na Argentina, assim como a condenação do presidente Lula teve sentido similar no Brasil. Manifesto minha total solidariedade a Cristina, assim como a todos os líderes, militantes e ativistas progressistas perseguidos e condenados injustamente, na história recente em nosso continente”.

A ex-presidente foi acusada e condenada injustamente por ter supostamente favorecido um empresário Lázaro Báez em obras rodoviárias. Ele supostamente seria sócio de Néstor Kirchner, que era presidente quando teria ocorrido o crime. O promotor Diego Luciani havia pedido 12 anos de prisão para a líder argentina. A defesa de Cristina diz que o Ministério Público não produziu qualquer prova – nenhum documento ou mensagem – que mostrasse direta e pessoalmente o vínculo da ex-presidente com a concessão de obras a Lázaro Báez.

“Entre a Presidência da Nação e as obras denunciadas, existem doze instâncias administrativas de

TRÊS ANOS DE
AUDIÊNCIAS EM QUE
TODAS AS PROVAS
TESTEMUNHAIS,
DOCUMENTAIS
E PERICIAIS
MOSTRARAM QUE É
FALSO QUERER
ME ENVOLVER



MÉTODO Em 2018, o então juiz Sérgio Moro, celebrado por condenar Lula, posa em Buenos Aires ao lado do então presidente da Suprema Corte, Ricardo Lorenzetti, e o algoz de Cristina, o juiz Claudio Bonadio.

natureza nacional e provincial”, explicou a vice-presidente. A defesa também sustentou que a Justiça não tem competência para julgar como um governo eleito democraticamente distribui o investimento público. Ela ainda sustenta que as 51 obras á tinham sido investigadas pela Justiça da província, que não encontrou indícios de corrupção.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, publicada na véspera da condenação, a vice-presidenta disse que a condenação já estava definida e que o julgamento era uma farsa. “Quando todas as garantias são violadas, quando o juiz falava uma coisa e hoje fala outra com base em uma denúncia feita pelo governo [de seu principal opositor, o ex-presidente Mauricio] Macri, obviamente haverá uma condenação”, disse.

“Foram três anos de audiên-

cias em que todas as provas testemunhais, documentais e periciais mostraram que é uma falsidade absoluta querer me envolver”, disse. “Além disso, constrói-se a imagem de ladrão, imputando-me crimes patrimoniais quando, na verdade, quando terminei meu mandato, eu tinha os mesmos bens pelos quais já fui investigada três vezes”.

Ainda na entrevista, a vice-presidenta lembrou que em uma dessas investigações, feita inclusive pelo juiz que a acusa no processo das 51 obras, Julián Ercolini, ela e Néstor Kirchner foram absolvidos. “Denunciamos que esse juiz [Ercolini] se declarou incompetente [para julgar a causa contra Cristina, há oito anos] e depois se declarou competente. Tudo cai em saco furado”, criticou.

Ela lembrou que o juiz Ricardo Lorenzetti, que era presidente da Corte Suprema de Justiça, na época, tirou foto com o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro de um lado e com Cláudio Bonadio, o juiz que a perseguia a e à sua família. “Aqui o lawfare foi enfrentado a partir da cúpula do poder”, denuncia. Bonadio morreu em 4 de fevereiro de 2020 aos 64 anos, em decorrência de um câncer. •

MÚSICA

THRILLER COMPLETA 40 ANOS

A obra-prima que virou a indústria fonográfica do avesso, sexto álbum da carreira solo de Michael Jackson, emplacou nada menos que sete hits no mundo. A obra mudou a história do videoclipe e firmou o popstar como um dos maiores dos anos 1980

Bia Abramo

“Quase tudo o que amávamos em Michael estava nos videocliques e nos trechos de programas de TV, antes da existência dos videocliques. A criança bonita de roupas extra cool que cantava “ABC” – “Tão fácil como 1,2,3/ tão simples como dó, ré, mi” – e dançava “como um cafetão”(…). O cafonérrimo, mas alegríssimo, clipe da brilhante “Don’t Stop ‘Til Get Enough”, hit máximo de pistas de dança até hoje, feito na época em que Michael ainda sorria. Os cliques-arte dos discos “Thriller” e “Bad”. E, mesmo quando Michael já era uma entidade pop estranhíssima, dos anos 90 em diante, ainda assim emanava uma força maluca quando encarnava o personagem de si mesmo para apresentar sua música para o mundo via televisão”.

Esse texto foi escrito poucos dias depois da morte de Michael Jackson em 2009 por mim mesma, como colaboração para a *Folha de S. Paulo*. Apesar de Michael Jackson àquela época, ter se tornado uma entidade pop ainda mais bizarra do que nos anos 1990, o impacto de sua morte foi impressionante. De verdade, chorei como se tivesse perdido um amigo – o que, de certa forma, era mesmo o que tinha acontecido.

Quem quer que estivesse vivo nos anos 1970 e 1980 há de lembrar o enorme impacto de *Thriller*, lançado em 30 de novembro de 1982. Não se podia escapar de vê-lo ou ouvi-lo, nas vitrines de lojas de disco em qualquer parte da cidade, com a capa icônica na qual Michael, ainda um homem de 24 anos, lindo de terno branco e camisa preta, olha diretamente para o fã como se dissesse: “Vem cá que vai ter música como nunca

ouviu igual.”

E era verdade. Produzido por Quincy Jones, um sujeito com formação de jazz e uma espécie de mago da produção, cuja parceria com Michael rendeu pelo menos três grandes discos: *Off the wall* (1979), *Thriller* (1982) e *Bad* (1987). Se em *Off the Wall*, Quincy e Michael surfam no que restava ainda da era da discothèque que tinha dominado o mercado americano dos anos 1970, em *Thriller*, a dupla dá um passo além, fazendo um disco extra-diverso, com baladas – como “The Girl Is Mine”, em dupla com Paul McCartney, uma cançãozinha romântica e sem graça, que foi a primeira música a ser trabalhada nas rádios e programas de videoclipe, mas que ainda assim emplacou pela parceria com o ex-Beatle.

Thriller, no entanto, teria ainda pelo menos mais seis hits astronômicos: a própria canção-título, “Beat it”, “Billie Jean”, “Wanna be Startin’ Something”, “Human nature” e “P.Y.T. (Pretty Young Thing)”. Isso fez o álbum, um ano e meio depois de seu lançamento em 1984, ainda estar colocando músicas nos rankings de mais ouvidas da Billboard.

E tinha os cliques, que estreavam no “Fantástico”, da Rede Globo, e eram aguardados ansiosamente por quem gostava de música. “Thriller” era um videoclipe com uma história completa de terror, dirigida pelo cineasta John Landis, que, à época, era diretor de certo sucesso de bilheteria em Hollywood. Com 14 minutos de duração, a música mesmo só vai começar depois de quase 5 minutos, com uma coreografia de dançarinos caracterizados como zumbis que se tornou icônica.

Aliás, a importância da coreografia nos videocliques de Michael Jackson era sempre central. O jor-

nalista que escreveu que Michael dançava como um cafetão estava apenas parcialmente correto. Na verdade, ele dançava como um demônio que parecia não ter ossos da cintura para baixo. E cantava ainda como um anjo – MJ entoava quase num falsete sobre o qual ele tinha um controle absurdo. Essa ambiguidade entre voz afinadíssima, aguda e quase que a mesma quando ele era criança e sensualidade de suas coreografias, em palco ou em cliques, criava um contraste impressionante.

Não à toa, a gravadora e o próprio Michael Jackson, que como o maior vendedor de discos dos anos 1980 tinha voz ativa nas estratégias de marketing, investiam tanto nos cliques. Só ainda do *Thriller*, pelo menos “Billie Jean” e “Beat It” são dois cliques brilhantes, com referências cinematográficas. A primeira tem um clima do filme noir dos anos 1980. A segunda retoma o clima dos filmes de gangues, contando ainda com a guitarra incendiária de Eddie Van Halen. E ainda tinha as coreografias impressionantes, e uma espécie de uniforme que Michael fez virar febre: jaqueta vermelha, calça preta justa, mocassim preto e meias brancas.

O mais notável sobre *Thriller* é que, passados 40 anos, o álbum ainda soa novo e fresco. Fora que, quando se toca qualquer um dos hits mais dançantes, é garantia do que os americanos chamam de *floorfiller*. Ou seja, se uma festa estiver assim caída, é só botar “Beat it”, “Billie Jean” ou “Thriller” que a pista enche em segundos.

Confiem: já testei em pistas com pessoas de diversas faixas etárias, inclusive tão jovens que talvez nem saibam mais quem é Michael Jackson, mas acreditam no “beat”. •

O BATUQUE DE DJALMA CORREA

Um dos maiores percussionistas do mundo e profundo pesquisador do folclore brasileiro, o músico mineiro morre aos 80 anos, depois de dar grandes contribuições ao pop nacional e internacional. Ele gravou com os gigantes da MPB e estrelas como Peter Gabriel

Olímpio Cruz Neto

O batuque mágico e hipnotizante de Djalma Corrêa, talvez o último gigante da percussão brasileira – o outro era o pernambucano Naná Vasconcelos, morto em 2016 –, silenciou-se na quinta-feira, 9 de dezembro. Ele faleceu no Rio de Janeiro, vítima de um câncer no pâncreas. Amigos, como o baiano Caetano Veloso, lamentaram: “Eu o amo muito. Soube que morreu e a saudade mudou de natureza”.

Mineiro de Ouro Preto, Djalma participou com Caetano do primeiro espetáculo do compositor e cantor em 1964, em Salvador, integrando o coletivo do que viria a ser conhecido como os baianos e gerou o espetáculo “Nós, por exemplo”, na inauguração do Teatro Vila Velha. Estava ali no lançamento das carreiras artísticas de gigantes como Gilberto Gil, Maria Bethânia e Gal Costa, além do próprio Caetano e ele mesmo, Djalma.

O percussionista e baixista passou a estar presente como colaborador em inúmeros álbuns das quatro grandes estrelas baianas, gravando e fazendo shows. Também foi um ativo colaborador de Jorge Ben, Paulo Moura, Zezé Motta, Raul Seixas, João Bosco, Elba Ramalho, Luiz Melodia, Nara Leão, Jards Macalé, Kleiton e Kledir.

Ele próprio gravou discos importantes como percussionista, à frente do Baiafro, grupo que criou



em 1970, tendo rendido álbuns como *Salomão – The New Dave Pike Set & Grupo Baiafro in Bahia* (1972), *Candomblé* (1977) e *Baiafro* (1978). Os discos mostram o nível de amplo conhecimento e pesquisa de instrumentos como o batacotô, um tambor cujo toque é símbolo da luta, tendo sido utilizado na Revolta dos Malês na Bahia (1835) e depois proibido. Só por isso seu trabalho deveria render homenagens. Mas tem mais.

Djalma foi um dos grandes responsáveis por levar ritmos e sons brasileiros para o mundo, ao gravar nos anos 80 com o cantor inglês Peter Gabriel, com quem brilhou e deu uma cor especial ao som do astro britânico. É dele o triângulo hipnotizante em “Mercy Street”, do álbum *So*, de Gabriel, lançado em 1986. Não há como

não se emocionar com a canção, cuja atmosfera especial se deve ao triângulo mágico de Djalma, que ainda toca congas e surdo.

Em seguida, seu trabalho brilharia novamente com Gabriel, ao participar da brilhante trilha sonora do filme “A Última Tentação de Cristo”, lançado por Martin Scorsese em 1989, tendo William Dafoe no papel do filho de Deus e David Bowie como Pôncio Pilatos.

O músico brasileiro toca percussão, bateria e tamborim em canções fortes e impressionantes do disco, como “Passion”, que marca a crucificação do Nosso Senhor, dando o tempero brasileiro à salada sonora impactante tramada por Peter Gabriel, que convidou músicos turcos, árabes, africanos e armênios para o disco.

Djalma, obrigado por tudo. •



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

